

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO – PROPADM  
MESTRADO ACADÊMICO EM ADMINISTRAÇÃO**

**FRANCISCO LUAN RAMIRES DA SILVA**

**E-mail: [franciscoluan.adm@gmail.com](mailto:franciscoluan.adm@gmail.com)**

**Cel: (97) 991874041 / (97) 984051404**

**ECONOMIA CIRCULAR E INCLUSÃO SOCIAL NO BRASIL: ANÁLISE DAS  
POLÍTICAS PÚBLICAS E PERSPECTIVAS PARA O ESTADO DO AMAZONAS**

**ORIENTADOR: FLORENCE CAVALCANTI HEBER PEDREIRA DE FREITAS**

# 1 INTRODUÇÃO

A economia circular (EC) tem se destacado globalmente como uma abordagem inovadora e sustentável para enfrentar os desafios do uso excessivo de recursos e do descarte inadequado de resíduos. Esse conceito visa transformar o tradicional modelo econômico linear - de extrair-produzir-descartar - em um sistema regenerativo que mantém os recursos em uso pelo maior tempo possível, minimizando a geração de resíduos e promovendo a eficiência no uso de materiais (Ellen MacArthur Foundation, 2012). No entanto, apesar de sua crescente popularidade, a implementação da EC enfrenta desafios significativos, especialmente no que diz respeito à inclusão social (Velis, 2018).

No Brasil, o debate sobre a economia circular está ganhando força, especialmente com a tramitação do Projeto de Lei nº 1874/2022, que institui a Política Nacional de Economia Circular. Essa legislação tem o potencial de promover uma transição para um modelo econômico mais sustentável, mas há uma preocupação crescente sobre como essas políticas podem ser efetivamente integradas para garantir a inclusão social, especialmente em regiões vulneráveis como o Alto Solimões, no estado do Amazonas (Brasil, 2022a).

## **Problema de Pesquisa**

Diante das peças regulatórias emergentes em torno da economia circular no Brasil, surge a questão central: quais são os sistemas de inclusão social previstos nessas políticas e como estão sendo institucionalizados em cidades na região do Alto Solimões? Esta questão é fundamental para entender como a EC pode ser implementada de forma a não apenas promover a sustentabilidade ambiental, mas também a justiça social, particularmente em áreas marcadas por altas taxas de vulnerabilidade social (Giampietro, 2023).

## **Objetivo Geral**

O objetivo principal deste projeto é compreender e analisar as peças regulatórias em torno da economia circular no Brasil e discutir a institucionalização de sistemas de inclusão social em cidades brasileiras, com foco específico na região do Alto Solimões. A região do Alto Solimões, marcada por altos índices de pobreza e desigualdade social, representa um cenário desafiador e ao mesmo tempo crucial para a implementação de políticas públicas que integrem aspectos econômicos, sociais e ambientais.

## **Objetivos Específicos**

Para alcançar o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Examinar a nova Política Nacional de Economia Circular (Projeto de Lei nº 1874/2022) e suas implicações para a inclusão social.
- b) Investigar políticas públicas existentes relacionadas ao gerenciamento de resíduos no Brasil, incluindo a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e os Decretos nº 11.413 e nº 11.414.
- c) Analisar como as políticas públicas nacionais relacionadas à economia circular e ao gerenciamento de resíduos se articulam com sistemas de inclusão social, destacando possíveis lacunas e oportunidades de integração (Fitch-Roy et al., 2020).
- d) Avaliar as políticas públicas estaduais e municipais na região do Amazonas e do Alto Solimões, identificando como elas se relacionam com a economia circular e os sistemas de inclusão social.

## **Justificativa**

A transição para uma economia circular no Brasil, especialmente em regiões como o Alto Solimões, exige uma compreensão profunda das interações entre políticas públicas e inclusão social. Estudos anteriores sugerem que, sem um planejamento adequado, a economia circular pode exacerbar desigualdades sociais, ao invés de mitigá-las (Hobson & Lynch, 2016). A região do Alto Solimões, marcada por altos índices de vulnerabilidade social, pobreza e desigualdade, representa um caso crucial para o estudo da EC (IPEA, 2015).

As políticas públicas voltadas para a economia circular precisam ser adaptadas para garantir que essa transição não apenas reduza o impacto ambiental, mas também promova a justiça social, integrando as populações vulneráveis em um novo modelo econômico que valorize o trabalho dos catadores e outras formas de economia solidária (Askunze, 2007; Chaves Ávila & Monzón Campos, 2018). Assim, este projeto busca contribuir para o desenvolvimento de uma economia circular que seja inclusiva, justa e adaptada às realidades locais, promovendo uma integração mais profunda entre as dimensões econômicas, sociais e ambientais da sustentabilidade.

## 2 O ESTADO DA ARTE

A ideia da transição para a economia circular (EC) está se disseminando em diversos contextos no mundo e se tornando cada vez mais relevante como uma resposta para avançar em direção a um futuro sustentável. O conceito, que antes era visto como uma perspectiva periférica defendida por ativistas e acadêmicos, agora ocupa um lugar central nos debates convencionais e *mainstream*, envolvendo diversos setores econômicos e sociais. O seu impacto pode ser comprovado pelo aumento significativo de políticas e iniciativas de economia circular em todo o globo, exemplificados pelo *European Green Deal* e seu *EC Action Plan* (Rask, 2022).

É consenso entre especialistas que a economia circular envolve uma complexa rede de atividades. Nessa rede, a redução, a reutilização e a reciclagem, elementos centrais da economia circular, têm um papel estratégico quando desenvolvidas de forma efetiva. Não apenas por serem atividades responsáveis pela superação dos inúmeros problemas relacionados à produção, manejo e destinação incorreta de resíduos mas especialmente por sua possibilidade de constituírem-se como pilares de novas possibilidades de inclusão social, de geração de emprego, renda e desenvolvimento social.

Políticas públicas de estímulo e institucionalização da EC vêm sendo propostas em todo o mundo, com destaque para países da União Europeia, China, Estados Unidos. Em tempos de esgotamento/saturação do modelo de desenvolvimento econômico linear (*take-make-dispose*), instaurado na Revolução Industrial, a economia circular é considerada por especialistas até mesmo como alternativa para um novo sistema econômico global (EIB, 2020; Geng *et al.*, 2019; Geissdoerfer *et al.*, 2017; Ghisellini; Cialani; Ulgiati, 2016; Ellen MacArthur Foundation, 2012).

Políticas públicas direcionadas a implementação de uma economia circular, em tese, tem o potencial de trazer prosperidade e benefícios sociais. No entanto, se não for desenhada, planejada e implementada de maneira socialmente adequada e consciente, tendo em vista os problemas e contexto social específicos de um país ou região, há a possibilidade da economia circular produzir consequências negativas para muitos indivíduos e comunidades e aprofundar desigualdades sociais já existentes (Giampietro, 2023).

A economia circular apresenta seus próprios requisitos e implicações socioeconômicas, no entanto, permanece ausente o entendimento sobre como uma sociedade baseada nesse modelo econômico poderia se configurar, de acordo com Hobson e Lynch (2016). Na mesma direção, Patala *et al.* (2022) questionam como as instituições, normas e práticas poderiam assumir uma forma circular, bem como quais processos, valores e atores seriam

necessários para alcançar tal objetivo. Diante disso, Velis (2018) destaca a necessidade de estabelecer de maneira sólida e fundamental os benefícios sociais reais e percebidos de um novo modelo circular, superando, inclusive, a análise tradicional que se faz em termos de custo-benefício. Isso, para o autor, é fundamental para evitar que as prioridades da economia circular ignorem as preocupações sociais. Caso contrário, há um grande risco de que questões sociais relacionadas aos trabalhadores informais nos sistemas de gerenciamento de resíduos sejam negligenciadas.

Diretamente vinculada ao acesso às matérias-primas, à geração e à eliminação de resíduos, a economia circular carrega dilemas relacionados às implicações sociais, econômicas e políticas da circularidade, especialmente quanto aos fluxos de recursos e seus custos socioecológicos, como ponderam Geissdoerfer *et al.* (2017).

O Projeto de Lei nº 1874/2022, que institui a Política Nacional de Economia Circular (PNEC) no Brasil, encontra-se atualmente em tramitação na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal e declara como um dos seus objetivos (art. 3º, VII) o “incentivo às atividades voltadas para a economia circular como estratégia de desenvolvimento econômico e social do país” (Brasil, 2022, s/p).

É importante destacar que políticas voltadas à economia circular, no discurso e nas práticas, até então têm privilegiado a economia e negligenciado questões sociais envolvidas e suas consequências, especialmente aquelas relativas às necessidades e direitos dos trabalhadores informais, de baixa renda, que dependem da coleta e reciclagem de resíduos para sobreviver, notadamente em países e regiões com altos índices de pobreza e desigualdade social (Fitch-Roy *et al.*, 2020). Esses trabalhadores, os(as) catadores(as) de resíduos, são responsáveis pela coleta, triagem, transporte e comercialização de grande parte dos resíduos recicláveis, mas ainda não estão devidamente incluídos nas cadeias formais de valor da economia circular, previstas em políticas públicas dirigidas a essa finalidade.

Assim, apoiando-se em referências teóricas e documentais, este projeto de pesquisa tem como objetivo avaliar e discutir as redes de proteção e inclusão social previstas na proposta da nova Política Nacional de Economia Circular (Brasil, 2022a) no Brasil, em face a outras peças regulatórias, como a Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) (Brasil, 2010), o Decreto nº 11.413 (Brasil, 2023a), que institui o certificado de crédito de reciclagem de logística reversa, o certificado de estruturação e reciclagem de embalagens em geral e o certificado de crédito de massa futura, e também o Decreto nº 11.414 (Brasil, 2023b), que institui o Programa Diogo de Sant'Ana Pró-Catadoras e Pró-Catadores. Nossa principal preocupação é destacar da inclusão social de atores muitas vezes não visíveis, mas significativos e imprescindíveis no contexto da economia circular (EC).

A análise das principais peças regulatórias associadas à EC e aos mecanismos de inclusão social serão consideradas tendo em vista a importância de que sejam lastreadas em formato integrado e inclusivo, com direcionamentos que considerem de modo articulado os aspectos sociais, econômicos e ambientais da transição da economia linear para a economia circular. A pesquisa pretende ainda discutir possibilidades de integração de peças regulatórias existentes e em fase de proposição, destacando lacunas quanto aos sistemas de proteção e inclusão social nas cadeias formais de reciclagem. Analisaremos ainda como determinadas condições institucionais baseadas na economia social e solidária podem contribuir para o desenvolvimento de uma economia circular inclusiva no município na mesorregião do Alto Solimões, que supere as restrições baseadas nos critérios de rentabilidade e custo do trabalho.

A Mesorregião do Alto Solimões localizada no Sudoeste do estado do Amazonas compreende os municípios de Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Fonte Boa, Jutai, Santo Antônio do Içá, São Paulo de Olivença, Tabatinga e Tonantins, totalizam uma área de 213.281,24 km<sup>2</sup>, que representa aproximadamente 13,67% da área do estado (1.559.168,117 km<sup>2</sup>). Em geral, estes municípios são marcados por altos índices de vulnerabilidade social, com

Índices de Desenvolvimento Humano muito baixo (0,499) e de desigualdade altíssimos (acima de 0,55), sendo caracterizados pela fragilidade da presença de instituições públicas que permitem a resolução de problemas comuns à população (IPEA, 2015).

Neste sentido, a região do Alto Solimões desempenha um papel crucial como campo para o desenvolvimento da pesquisa, pois fornece um ambiente complexo e rico em diversidade que permite abordar questões relacionadas à economia circular e à inclusão social em um contexto amazônico real. Suas características ambientais, sociais e culturais fazem dessa região um local relevante para investigar como economia circular e inclusão social podem ser implementadas e adaptadas em uma área com desafios específicos e uma rica herança cultural.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo é caracterizado como exploratório e descritivo e, em sua abordagem, classifica-se como qualitativo. A pesquisa será baseada em dados primários - entrevistas com especialistas em economia circular no Brasil, representantes de órgãos públicos estaduais e municipais relacionados a gestão de resíduos e economia circular - e em dados secundários - pesquisa documental e pesquisa bibliográfica sobre o assunto, sendo que os entrevistados serão selecionados pelo critério de envolvimento e participação no processo em estudo. Como resultado, é prevista a elaboração de relatório com conclusões sobre a institucionalização de mecanismos promotores da articulação entre a Economia Circular e sistemas de inclusão social no município do Alto Solimões, bem como indicação de entraves e condições de enfrentamento dos problemas e possibilidades, tendo em vista as possibilidades de implantação de uma Economia Circular inclusiva no município de Alto Solimões.

#### Quadro 1 - Categorias e elementos de análise:

	Categorias de análise	Elementos de Análise
Economia Circular	A nova Política Nacional de economia circular	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Identificação do modelo</li> <li>• Arcabouço legal</li> <li>• Arranjos regulatórios e organizativos</li> <li>• Atores envolvidos e hierarquia de atores</li> <li>• Sistemas de coordenação e articulações entre organizações envolvidas</li> <li>• Conflitos e obstáculos para a implementação</li> </ul>
	Políticas públicas existentes relacionadas ao gerenciamento de resíduos no Brasil (Lei nº 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Decreto nº 11.413, Decreto nº 11.414)	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Processo de formulação</li> <li>• Peças e instrumentos regulatórios</li> <li>• Fontes de financiamento</li> <li>• Atores/setores de atividade envolvidos nos sistemas de incentivo</li> <li>• Processo e estágio de implementação</li> </ul>

	Articulação de políticas públicas nacionais existentes - relacionadas a economia circular e ao gerenciamento de resíduos - com sistemas de inclusão social	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Peças e instrumentos regulatórios</li> <li>• Modelo de inclusão social</li> <li>• Atores/setores de atividade envolvidos</li> <li>• Processo de implementação</li> </ul>
	Articulação de políticas públicas - estaduais e municipais (Amazonas e Alto Solimões) existentes relacionadas a economia circular e ao gerenciamento de resíduos - com sistemas de inclusão social.	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Peças e instrumentos regulatórios</li> <li>• Modelo de inclusão social</li> <li>• Atores/setores de atividade envolvidos</li> <li>• Processo de implementação</li> </ul>

#### 4 RESULTADOS ESPERADOS

- Sistematização e organização de literatura nacional e internacional sobre marcos institucionais regulatórios e modelos organizativos dirigidos a Economia Circular;
- Identificação, análise e tipificação dos modelos de organização institucional voltados ao estímulo à Economia Circular;
- Identificação, análise e tipificação do arcabouço legal e regulatório voltados ao estímulo à Economia Circular;
- Identificação, análise e tipificação do papel desempenhado pelos atores nas políticas de estímulo à Economia Circular;
- Sistematização do conhecimento sobre modelos organizativos/gerenciais e sistemas de financiamento dos serviços voltados ao estímulo à Economia Circular e sua articulação com a inclusão social;

##### 4.1 IMPACTOS ESPERADOS

A pesquisa se concentra na região do Alto Solimões, no sudoeste do estado do Amazonas. Espera-se que os resultados da pesquisa tenham impactos significativos nessa região, proporcionando informações e recomendações específicas para a promoção da economia circular inclusiva e que auxiliem na identificação de lacunas e áreas que precisam ser fortalecidas para melhor promover a economia circular e a inclusão social.

Esses impactos esperados demonstram como a pesquisa pode influenciar positivamente o entendimento, as políticas públicas, as comunidades locais e a conscientização em relação à economia circular e à inclusão social, especialmente na região do Alto Solimões.

A pesquisa tem o potencial de contribuir significativamente para o campo das ciências sociais aplicadas, principalmente para o conhecimento na área da economia circular, política pública e inclusão social no Brasil, preenchendo lacunas na literatura existente e fornecendo informações relevantes e atualizadas sobre esses temas.

Além disso, os resultados da pesquisa podem fornecer orientações para futuras pesquisas acadêmicas e atrair a atenção internacional, influenciando pesquisadores e instituições em outros países interessadas em colaborar ou expandir o escopo da pesquisa tendo

em vista que Tabatinga, uma das cidades da região do Alto Solimões faz fronteira com a cidade de Leticia-Colômbia e, dessa contribuir para discussões globais sobre economia circular e inclusão social.

Também podemos destacar o impacto interdisciplinar da pesquisa, ao abordar questões que abrangem economia, política, sociologia e questões ambientais, que podem encorajar abordagens mais holísticas e colaborativas para problemas mais complexos nas áreas da economia circular e inclusão social.

## 6 CRONOGRAMA

ETAPAS/MESES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
ELABORAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA	X													
APRESENTAÇÃO DO PROJETO DE PESQUISA	X													
LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO	X	X												
FICHAMENTO DE TEXTO	X	X												
ORGANIZAÇÃO DO ROTEIRO		X												
QUALIFICAÇÃO			X	X										
COLETA DE DADOS E DOCUMENTOS			X	X	X	X	X							
REALIZAÇÃO DE ENTREVISTAS E OBSERVAÇÕES			X	X	X	X	X							
ANÁLISE DOS DADOS E DISCUSSÃO			X	X	X	X	X							
REDAÇÃO DO TRABALHO						X	X	x	x					
REVISÃO DO TRABALHO										x	x	x		
ENTREGA DA DISSERTAÇÃO													x	
DEFESA														x

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASKUNZE, E. C. Economia Solidária. In G. Celorio y A. López de Muniain (Coords.), **Diccionario de Educación para el desarrollo**. Ed. Hegoa: Bilbao, 2007, pp. 107-113.

ASHTON, W.; FRATINI, C.; ISENHOUR, C.; KRUEGER, R. Justice, equity, and the circular economy: introduction to the special double issue, **Local Environment**, v. 27, n.10-11, 2022.

BRASIL. **Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Brasília, DF: Presidência da República, [2010]. Disponível em: <https://bit.ly/3Gf11iN>. Acesso em: mar. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 1874, de 2022**. Institui a Política Nacional de Economia Circular e altera a Lei nº 10.332, de 19 de dezembro de 2001, a Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, e a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021. Brasília: DF: Comissão de Assuntos Econômicos, [2022a]. Disponível em: <https://bit.ly/3P6xEVc>. Acesso em: mai. 2023.

BRASIL. Senado Federal. **Relatório Final do Fórum da Geração Ecológica**. DF: Senado Federal, [2022b]. Disponível em: <https://bit.ly/447c4n2>. Acesso em: mai. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.413, de 13 de fevereiro de 2023**. Institui os Certificados de Crédito de Reciclagem de Logística Reversa, de Estruturação e Reciclagem de Embalagens em Geral e de Crédito de Massa Futura. Brasília, DF: Presidência da República, [2023a]. Disponível em: <https://bit.ly/3nATO5Z>. Acesso em: mar. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.414, de 13 de fevereiro de 2023**. Institui o Programa Diogo de Sant'Ana [...] e o Comitê Interministerial para Inclusão Socioeconômica de Catadoras e Catadores(as) de Materiais Reutilizáveis e Recicláveis. Brasília, DF: Presidência da República, [2023b]. Disponível em: <https://bit.ly/3KMrxT5>. Acesso em: mar. 2023.

CHAVES ÁVILA, R.; MONZÓN CAMPOS, J. A economia social diante dos paradigmas econômicos emergentes: inovação social, economia colaborativa, economia circular, responsabilidade social empresarial, economia do bem comum, empresa social e economia solidária. **Revista de Economia Pública, Social y Cooperativa**, v. 93, p. 5-50, 2018.

COMMAILLE, J. La régulation des temporalités juridiques par le social et le politique. In: FRANÇOIS, O.; MARK, V. H. (Eds.), **Temps et droit. Le droit a-t-il pour vocation de durer?** Bruxelas: Bruylant, 1998.

CORVELLEC, H.; STOWELL, A. F.; JOHANSSON, N. Critiques of the circular economy. **Journal of Industrial Ecology**, v. 26, n. 2, p. 421-432, 2021.

DPU. DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. **Relatório Temático: Catadoras e Catadores de Materiais Recicláveis**. Brasília: DPU, 2022.

EIB. EUROPEAN INVESTMENT BANK. **The EIB Circular Economy Guide – Supporting the circular transition**. European Investment Bank, 2020.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. **Towards the Circular Economy: Opportunities for the consumer goods sector**. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3pOtOpc>. Acesso em: jun. 2023.

ELLEN MACARTHUR FOUNDATION. **Uma Economia Circular no Brasil: uma abordagem exploratória inicial**. Ellen MacArthur Foundation, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3DdAZKT>. Acesso em: jun. 2023.

FITCH-ROY, O.; BENSON, D.; MONCIARDINI, D. Going around in circles? Conceptual recycling, patching and policy layering in the EU circular economy package. **Environmental Politics**, v. 29, n. 6, p. 983-1003, 2020.

GEISSDOERFER, M.; SAVAGET, P.; BOCKEN, N. M.; HULTINK, E. J. The Circular Economy—A new sustainability paradigm? **Journal of cleaner production**, v. 143, p. 757-768, 2017.

GENG, Y.; DOBERSTEIN, B.; FUJITA, T.; CHIU, A. S. Implementing the circular economy at a global scale: A review. **Journal of Industrial Ecology**, v. 23, n.1, p. 36-43, 2019.

GHISELLINI, P.; CIALANI, C.; ULGIATI, S. A review on circular economy: The expected transition to a balanced interplay of environmental and economic systems. **Journal of Cleaner Production**, v. 114, p. 11-32, 2016.

GIAMPIETRO, M. Reflections on the popularity of the circular bioeconomy concept: the ontological crisis of sustainability science. **Sustainability Science**, n. 18, p. 749–754, 2023.

HINTON, J.; MACLURCAN, D. A not-for-profit world beyond capitalism and economic growth? **Ephemera Journal**, v.17, n. 1, p. 147-166, 2017

HOBSON, K.; LYNCH, N. Diversifying and de-growing the circular economy: Radical social transformation in a resource-scarce world. **Futures**, v. 82, p. 15-25, 2016.

LAVILLE, J. L. Economia Solidária. In: E. Kawano, T. Masterson, J. Teller-Ellsberg. (Orgs.), **Economia Solidária I: Construindo Alternativas para as Pessoas e o Planeta**. Amherst: Centro de Economia Popular, 2010.

LIMA, F.; RUTKOWSKI, J. **Atlas brasileiro da reciclagem**. 1ª ed. São Paulo: Associação Nacional dos Catadores e Catadoras de Materiais Recicláveis (ANCAT), 2022.

MALAGON-VELEZ, L. E. Aportes conceptuales de la economía social y solidaria a la economía circular. **Cuadernos de Administración**, vol.37, n.70, pp. 1-15, 2021

MARCET, X.; MARCET, M.; VERGES, F. **Qué es la economía circular y por qué es importante para el territorio**. Coleção Papeles del Pacto Industrial. Associação Pacto Industrial da Região Metropolitana de Barcelona, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/454RVzu>. Acesso em: jul 2023.

MOREAU, V.; SAHAKIAN, M.; GRIETHUYSEN, P.; VUILLE, F. Coming Full Circle: Why Social and Institutional Dimensions Matter for the Circular Economy. **Journal of Industrial Ecology**, v. 21, n. 3, p. 497-506, 2017.

RASK, N. An intersectional reading of circular economy policies: towards just and sufficiency-driven sustainability. **Local Environment**, v. 27, n. 10-11, p. 1287-1303, 2022.

PATALA, S.; ALBAREDA, L.; HALME, M. Polycentric Governance of Privately Owned Resources in Circular Economy Systems. **Journal of Management Studies**, n. 59, v.6, 2022.

VELIS, C. No circular economy if current systemic failures are not addressed. **Waste Management & Research**, v. 36, n. 9, p. 757-759, 2018.

VILLALBA EGUILUZ, U.; GONZÁLEZ-JAMETT, C.; SAHAKIAN, M. Complementariedades entre economía social e solidariedade e economía circular: Estudios de Caso en el País Vasco y Suiza Occidental. **Cuadernos de Trabajo Heogo**, n. 83, 2020.

